

A esquerda que não teme dizer seu nome

De: Vladimir Safatle

A esquerda que não teme dizer seu nome.

1. Ed. São Paulo: Três Estrelas, 2013. 87 p.

Por: Sidnei Ferreira de Vares

Doutor e Mestre em Educação pela USP e professor do Centro Universitário Assunção - UNIFAI, em São Paulo. Também é autor de dois livros, *Reprodução e Resistência na Escola Capitalista* (Editora Multifoco, 2010) e *Durkheim: o legado de um fundador* (Editora In House, 2012). São Paulo, Brasil. vares@usp.br.

Vladimir Pinheiro Safatle é Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris VIII, França. É também professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e colunista da Folha de São Paulo. Possui uma vasta produção acadêmica, abarcando temas variados como a filosofia de Hegel e de Marx, além de alguns estudos sobre psicanálise e, também, sobre música. Entre os trabalhos publicados pelo autor, destacam-se *A paixão do negativo: Lacan e a dialética* (Unesp, 2006), *Cinismo e falência da crítica* (Boitempo, 2008) e *Grande Hotel Abismo* (Martins Fontes, 2012).

Seu trabalho *A esquerda que não teme dizer seu nome*, publicado pela Editora Três Estrelas, tem 87 páginas, divididas em três capítulos, além, é claro, da introdução e da conclusão. Trata-se, portanto, de um opúsculo, que toma a forma de uma reflexão sobre os rumos da esquerda, em especial da esquerda brasileira, em face das artimanhas ideológicas do capitalismo contemporâneo.

Logo na “Introdução”, o filósofo chama a atenção para o fato de que, nos últimos anos, tem-se presenciado certo discurso fatalista que, em nome de um conservadorismo cada vez mais eloqüente e desnudo, defende o “esgotamento do pensamento de esquerda”. Esse discurso, calcado no fracasso dos partidos comunistas no Ocidente, atua em duas frentes, a saber: (a) aquela que alega que a esquerda encarna uma espécie de “autoritarismo mal-disfarçado”, nutrida por uma ânsia de proteção dos mais carentes; (b) aquela, presente entre alguns representantes ressentidos da própria esquerda, que aponta para a necessidade de uma leitura crítica e realista mediante as experiências fracassadas da esquerda e do Estado de Bem-Estar Social. Segundo Safatle, essas duas perspectivas analíticas encontraram no Brasil um campo bastante fértil para sua proliferação e, sobretudo durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, deram vazão à ideia segundo a qual “a divisão esquerda/direita não faz mais sentido”. Visando superar esse tipo de análise, Safatle apresenta, por meio de uma reflexão refinada, as posições que a esquerda, a seu ver, não pode nem deve negociar sob o risco de se perder. Com vistas a alargar as possibilidades da esquerda, o filósofo aponta os dilemas com os quais ela tem que lidar se quiser manter-se firme frente à lógica do capital. Contudo, o autor aposta na força do pensamento e institui a crítica como instrumento eficaz para aquela esquerda que não teme dizer seu nome.

No primeiro capítulo, “Igualdade e a equação da indiferença”, Safatle afirma que a defesa do igualitarismo constitui o pressuposto fundamental do pensamento de esquerda. Este termo refere-se tanto à luta contra as desigualdades sócio-econômicas, que por seu caráter primacial está na base de todas as outras lutas, quanto a uma “demanda de reconhecimento”, que toma a forma de uma “política da indiferença” frente às diferenças. Segundo o filósofo, o modelo liberal e o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, ambos iniciados nos idos dos anos de 1980, resultaram na maximização dos lucros e, concomitantemente, no aviltamento dos salários dos trabalhadores, estimulando ainda mais as desigualdades sociais. Para o autor, esse processo só pode ser evitado caso o Estado se faça presente no sentido de regular os desmandos da economia, impedindo, por exemplo, que a diferença entre os salários mais altos e os mais baixos torne-se intransponível.

Na visão de Safatle, um dos trunfos do discurso liberal-conservador é exatamente nos fazer acreditar que o conflito de classes não passa de uma invenção da esquerda, desmobilizando quaisquer ações articuladas de resistência. Isso, porém, não isenta a esquerda que, após os anos 60, abriu mão de seus valores fundamentais, adotando a “diferença” como valor da crítica social e da ação política. Esse deslocamento resultou tanto no alargamento na possibilidade social do reconhecimento, contribuindo para a projeção de grupos sociais minoritários, até então sem voz na sociedade (negros, homossexuais, feministas etc.), quanto num “multiculturalismo” que secundarizou noções caras ao pensamento de esquerda, como, por exemplo, a noção de “classe social”. Ademais, o multiculturalismo não superou completamente a lógica da exclusão, visto que, para seus defensores mais ardorosos, aqueles que não se adaptam ao “campo das diferenças” são “irrepresentáveis”. Destarte, caberia à esquerda ser “indiferente às diferenças”, atribuindo centralidade tanto à igualdade quanto à universalidade, bandeiras que, historicamente, sempre caracterizaram o discurso da esquerda.

O segundo capítulo, intitulado “Soberania popular ou a democracia para além do direito”, aborda a relação entre justiça e direito. Nele, Safatle procura demonstrar que o chamado “Estado de Direito” se impõe como uma noção inquestionável, tratando todo e qualquer ponto de excesso em relação aos limites da lei como uma ação criminosa ou como uma ação autoritária. Ancorado nos trabalhos filosóficos de Jacques Derrida, Claude Lefort e Giorgio Agamben, o autor observa que nem sempre “Direito” e “Justiça” estão em sintonia.

É essa, aliás, a condição dos chamados “Estados Ilegais”. Segundo o autor, todas as vezes que o Estado, e conseqüentemente o sistema jurídico, não corresponde àquilo que a sociedade civil dele espera, é possível questioná-lo e até mesmo suprimi-lo. O próprio pensamento liberal, desde João Calvino, passando por autores como John Locke, não deixa dúvida a esse respeito: a vontade popular está acima das leis, e, deste modo, se estas não representam os anseios da população, devem ser modificadas. Assim sendo, a tese segundo a qual o direito é inquebrantável, cai por terra, pois, em última instância, a vontade do povo é inalienável. Numa situação como esta, até mesmo a violência torna-se legítima. Como reitera o autor, “toda a ação contra um governo ilegal é uma ação legal” (p. 42). No caso da sociedade brasileira, Safatle aponta as contradições inerentes à constituição de 1988, que ainda comporta dispositivos da constituição autoritária de 1967, mostrando-se incapaz de representar, em muitos aspectos, as demandas da sociedade civil. Com efeito, indaga o autor: pode-se falar num Estado verda-

deiramente democrático quando o ordenamento jurídico não representa o povo? Ora, tal circunstância não seria o mesmo que negar a democracia? E se esse mesmo povo, por meio do exercício da política, decidisse modificar as leis com vistas a adequá-las as suas necessidades, isso configuraria um ato de justiça ou uma violação ao Estado de Direito? Para Safatle não há qualquer dúvida: um regime verdadeiramente democrático não é estático, muito pelo contrário: tem por característica o fato de ser dinâmico. Isso porque a democracia “não é medida pela estabilidade de suas instituições e suas regras”, mas “(...) pela possibilidade dada ao poder instituinte popular de manifestar-se e criar novas regras e instituições” (p.55).

O terceiro e último capítulo, “Do tempo das ideias”, comporta uma análise histórica da trajetória da esquerda. Trata-se não apenas de um balanço de seus erros e acertos, mas, sobretudo, de uma avaliação sobre o modo como seus representantes têm lidado com o passado recente. Safatle procura desconstruir as críticas encabeçadas pelos conservadores, segundo as quais a esquerda, durante o século XX, impôs-se pela brutalidade. Não que o autor ignore as atrocidades cometidas, mundo afora, por muitos líderes socialistas. Todavia, argumenta, a violência empreendida pela esquerda não foi maior do que aquela cometida por seus antagonistas. Ademais, não existe uma relação fatalista, como querem os defensores de uma “estratégia da resignação”, entre os erros que a esquerda cometeu e o desejo de um mundo que está por ser construído. Se a esquerda errou em muitas ocasiões – fato que o autor não ignora – isso não significa que ela não possa aprender com os seus erros para, na medida em que compreendê-los, modificar suas estratégias de ação em prol de uma sociedade menos desigual.

Entretanto, para o pensamento liberal-conservador, que entende a sociedade como o resultado da livre associação entre os indivíduos, qualquer forma de ação que tenha como meta superar os sistemas particulares e egoístas de interesses está a um passo do totalitarismo. E assim, sob a hipótese do indivíduo, os liberais-conservadores impedem “o desejo de nos livrarmos de nós mesmos”, isto é, de gerarmos um “homem novo” (p. 66).

O filósofo ainda denuncia o que, para ele, constitui uma dicotomia empobrecedora: aquela entre reforma e revolução. Dela decorrem dois equívocos, a saber, elevar a revolução como único acontecimento dotado de verdade; e recusar todo e qualquer processo revolucionário, entendendo-o como um desvario da história. Na ótica do filósofo, a esquerda não deve tomar a revolução como um objetivo político – até porque ninguém sabe ao certo como produzi-la –, mas como uma experiência incalculável e imprevisível. Entretanto, se historicamente a esquerda produziu uma refinada “teoria

do poder”, todas as vezes que conseguiu alcançá-lo não obteve um grande desempenho, exatamente por não dispor de uma “teoria do governo”. Essa incapacidade de lidar com o poder quando o tem em mãos muitas vezes se explica em virtude da tentativa, indubitavelmente condenável, de mimetizar as fórmulas liberais. Como destaca Safatle: “Quando isso acontece, vemos ou o patético espetáculo de um lento processo de degradação da governabilidade, com a famosa transformação dos governantes de esquerda em figuras que mimetizam as práticas da corrupção e os valores da direita, ou a guinada em direção ao centralismo totalitário – única forma de conservar o governo quando não se sabe governar” (p. 80). Com efeito, para Safatle, a esquerda, a despeito de seus temores ordinários, deve primar pela ousadia e pelo entusiasmo, confiando em si mesma, inclusive em relação à formulação de um programa de governo autêntico.

Na “Conclusão”, Safatle argumenta que a esquerda deve assumir os seus erros e a sua falibilidade, porém, não deve abrir mão de alguns preceitos centrais para ela, tais como o igualitarismo, o universalismo, a soberania popular e o direito à resistência, sob o risco de se perder. O autor também enfatiza a necessidade da esquerda se afastar dos fatalismos imobilistas, visto que a história é um campo sempre aberto e, portanto, profícuo a mudanças e transformações. Cabe a esquerda recolocar no debate político tudo aquilo que, para ela, é “inegociável”, pois, só assim, uma nova esquerda, que não teme dizer seu nome, despontará forte no cenário político.

O referido trabalho é bastante instigante, sobretudo por conta das críticas construtivas que o autor dirige à própria esquerda, apontando suas fragilidades, mas, também, as possibilidades de superar a inanição política em que se encontra. Sem adotar uma linguagem pedante, habitual na academia, Safatle prima pela simplicidade das palavras, e, sem ser simplista do ponto de vista analítico, tem o mérito de desmistificar os empecilhos que a esquerda enfrenta atualmente. Ancorado na imprevisibilidade da história e na ousadia típica dos que desejam transformar a realidade, Safatle provoca o leitor a pensar sobre a força das utopias, estimulando a resistência em um mundo há muito desencantado, marcado pela resignação e pelo fatalismo.

Recebida para publicação em abril/2014. Aceita em julho/2014.